

A História da Educação e o Ensino de História: uma análise acerca da representação da Ditadura Militar (1964-1985) nos livros didáticos¹

Matheus Felisberto Costa⁽²⁾

Data de submissão: 7/4/2020. Data de aprovação: 22/6/2020.

Resumo – O trabalho refere-se a uma análise de três obras aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático de 2012 para a disciplina de História do Ensino Médio. Objetivou-se uma investigação sobre as narrativas, acontecimentos e fatos trazidos pelas obras, no tocante aos conceitos e conteúdos sobre a Ditadura Militar (1964-1985), buscando verificar sob qual perspectiva de História essas narrativas, acontecimentos e fatos aparecem e se ocorre um movimento de deslocamento de uma historiografia tradicional ou de um revisionismo histórico, assim como se há espaço nessas narrativas para grupos compreendidos como minorias e historicamente excluídos. Inicialmente, propõe-se elaborar uma síntese da História da Educação brasileira, a partir dos primeiros indícios no século XIX da presença da História como disciplina escolar. O trabalho foi constituído de uma pesquisa bibliográfica e documental, de cunho qualitativo, utilizando documentos oficiais, livros, artigos e teorias que dialogam com a problemática investigada. O Materialismo Histórico e Dialético e a História Cultural foram as perspectivas epistemológicas adotadas, compreendendo que existe um diálogo entre essas duas correntes teórico-analíticas. Mediante o exposto, duas das três obras analisadas buscaram mostrar as contradições do período em questão, analisando a participação de setores da sociedade civil, as desigualdades e a violação dos Direitos Humanos. Já na terceira obra, o objetivo está centrado em retomar as datas e acontecimentos desse período, embora traga informações adicionais em relação ao cenário internacional, as quais não são percebidas nas outras obras. Por fim, embora os trabalhadores sejam contemplados nas obras, outras minorias, como mulheres e homossexuais, não foram evidenciados.

Palavras-chave: História da Educação. Ensino Médio. Ensino de História. Livro Didático. Ditadura Militar.

The History of Education and the History Teaching: an analysis of the representation of the Military Dictatorship (1964-1985) in textbooks

Abstract – The work refers to an analysis of three books approved in the 2012 National Textbook Program for the subject of High School History. The objective was to investigate the narratives, events and facts brought by the works, with regard to the concepts and contents about the Military Dictatorship (1964-1985), seeking to verify from which perspective of History these narratives, events and facts appear and whether there is a movement of displacement of a traditional historiography or historical revisionism, as well as there is space in these narratives for groups understood as minorities and historically excluded. Initially, it is proposed to elaborate a synthesis of the History of Brazilian Education, from the first signs in the 19th century of the presence of History as a school discipline. The work was constituted of a bibliographic and documentary research, of a qualitative nature, using official documents, books, articles and theories that dialogue with the investigated problem. Historical and

¹ O trabalho contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Licenciado em Ciências Sociais (UFSC) e em História (UNINTER). Bolsista PROSUC/CAPES. Professor efetivo de Sociologia na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC). [*fcostamatheus@gmail.com](mailto:fcostamatheus@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1822-5641>.

Dialectical Materialism and Cultural History were the epistemological perspectives adopted, understanding that there is a dialogue between these two theoretical-analytical currents. Based on the above, two of the three analyzed works sought to show the contradictions of the period in question, analyzing the participation of sectors of civil society, inequalities and the violation of Human Rights. In the third book, the objective is centered on resuming the dates and events of this period, although it brings additional information in relation to the international scenario, which is not perceived in other works. Finally, although workers are included in the works, other minorities, such as women and homosexuals, were not highlighted.

Keywords: History of Education. High school. History teaching. Textbook. Military dictatorship.

Introdução

A História constitui um campo do conhecimento científico de grande relevância para apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos. É o *locus* responsável por organizar e sistematizar os acontecimentos do passado, a percepção de construção de movimento dialético de inferência dos fenômenos produzidos. A História não é uma ciência engendrada, pois persiste no movimento das transformações históricas para compreender o passado e interpretar o presente.

A disciplina de História na Educação Básica possibilita esse movimento dialético de reconstituir a produção do conhecimento historiográfico. Tal conhecimento não pode ser visto como uma verdade absoluta, na forma positivada de progresso ou exaltação ufanista de uma percepção da História. Relativizar os acontecimentos, obter novas percepções, evidenciar outros fenômenos, grupos ou indivíduos faz parte do fazer do historiador. (PESAVENTO, 2003).

O autor Theodor Adorno estabelece a proeminência sobre a importância do papel da escola na formação humana de cada sujeito. É nesse sentido que Adorno (1995) afirma que a escola tem o dever irrepreensível de jamais esquecer o passado e o que este produziu. Esquecer o passado é admitir a possibilidade de rememorar os erros enfadonhos das piores ações humanas sobre seus semelhantes, sociedades, grupos sociais, étnicos, religiosos ou até mesmo sobre a natureza.

É sobre esse movimento contínuo que se constitui esta pesquisa. Pretende-se, com essa investigação, compreender os fenômenos da história política brasileira entre 1964-1985, o momento denominado de Ditadura Militar. Analisar documentos oficiais, artigos e livros, com o intuito de compreender, em síntese, os processos e fenômenos que constituem a História da Educação e a dinâmica do ensino de História na escola básica brasileira. Não obstante, propomos uma análise de três obras aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2012 para o terceiro ano do Ensino Médio na disciplina de História, referente aos conceitos e conteúdos pertinentes ao referido recorte histórico. Objetivou-se, dentro dessa perspectiva, investigar a narrativa dentro dessas obras acerca da concepção teórica, mais especificamente sobre a interpretação da realidade, identificando se elas realizam um movimento positivista de revisionismo histórico na mão da conciliação; ou, ao contrário, procuram ressignificar, com um compromisso, e dar visibilidade aos fenômenos, sujeitos e processos históricos, na contramão da conciliação, numa perspectiva crítica.

A pesquisa foi construída a partir de duas concepções epistemológicas: Materialismo Histórico e Dialético e História Cultural. Sob a perspectiva materialista, Marx (2013) comprehende a sociedade como um processo dialético de construção histórica, numa relação dialética em que o homem, na busca de sua subsistência e garantia da sua vida objetiva, altera a natureza, à medida que a natureza altera a existência do homem. Dessa forma, a sociedade é fruto de um processo de desenvolvimento histórico, da relação homem e natureza. Os domínios

técnicos e os códigos historicamente produzidos que são constituídos pelos sujeitos históricos e referenciados dentro do metabolismo social. (MARX, 2013).

Já a perspectiva da História Cultural, em diálogo constante com o Materialismo Histórico e Dialético, possibilita-nos compreender o processo de produção dos conhecimentos a partir de um espaço, tempo e sujeitos. A construção de suas subjetividades, as relações de poder (para além das estruturas econômicas), as construções de representações e suas explicações do real, “a força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social”. (PESAVENTO, 2003, p. 41). Outra categoria importante dentro dessa perspectiva é a do imaginário, um “sistema [que] remete à compreensão de que ele constitui um conjunto dotado de relativa coerência e articulação” (PESAVENTO, 2003, p. 43), estabelecendo um sentido e significado sobre os fenômenos e acontecimentos.

Materiais e métodos

Esse trabalho foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. Lima e Mioto (2007) chamam a atenção para a observação de que a pesquisa bibliográfica não é apenas uma interpretação da literatura, mas sim uma investigação que articula a revisão bibliográfica ao fenômeno estudado, articulando as produções ao objeto de pesquisa:

Não é raro que a pesquisa bibliográfica apareça caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto acontece porque falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório. (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38).

Acerca da importância da análise de documentos, Cellard (2008, p. 295) descreve que:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.

Além de uma pesquisa bibliográfica e documental, a pesquisa constituiu-se de uma abordagem qualitativa. Esse tipo de pesquisa requer objetivos anteriormente sistematizados, apontamentos acerca da literatura e das informações, tal como a verificação dos resultados obtidos. (VIANA, 2003).

A observação, como técnica científica, pressupõe a realização de uma pesquisa com objetivos criteriosamente formulados, planejamento adequado, registro sistemático dos dados, verificação da validade de todo o desenrolar do seu processo e da confiabilidade dos resultados. (VIANA, 2003, p. 15).

Por conseguinte, foram utilizados documentos oficiais que regulamentam a educação nacional (BRASIL, 1946, 1961, 1971, 1988, 1996, 2000a, 2000b, 2013), autores que discutem a História da Educação (LOPES; GALVÃO, 2001), (PESAVENTO, 2003), (ROMANELLI, 1998), (FONSECA, 2004), (SAVIANI, 2008), entre outros, bem como autores que debatem a produção da pesquisa em Educação (LIMA; MIOTO, 2007) e (VIANA, 2003). Também a pesquisa em História (SANTOS, 2016), no que tange o debate sobre a produção historiográfica acerca da Ditadura Militar (DELGADO, 2010). Os livros didáticos do PNLD 2012: (FIGUEIRA, 2010), (MORENO; GOMES, 2010) e (VAINFAS et al, 2010). Reitera-se que a razão pelo recorte temporal e a escolha das três obras se deu pela dificuldade de acesso a obras mais recentes do Programa. A principal base de dados consultada foi a SciELO (*Scientific Electronic Library Online*).

Conforme já mencionado na introdução, a construção desse trabalho foi orientada sob duas perspectivas epistemológicas: o Materialismo Histórico e Dialético e a História Cultural. Compreendemos que existe uma aproximação entre as duas correntes de pensamento, com isso, utilizamo-nos de suas características mais marcantes, a de compreender a construção da realidade objetiva pelos homens ao longo de sua história, numa relação dialética (MARX, 2013), e de que a História deve se aproximar das narrativas que historicamente foram silenciadas ou não ouvidas, contribuindo para dar visibilidade a grupos que historicamente foram invisibilizados, mostrando outras faces dos acontecimentos e fatos históricos. (PESAVENTO, 2003).

Na análise dos três livros didáticos do PNLD 2012, buscou-se identificar a percepção sobre a história da Ditadura Militar (1964-1985), como os fatos e narrativas são apresentados, se há implícito ou explícito um discurso de revisionismo histórico, na condição de apresentar os dados a partir do discurso oficial da ditadura e não tendo um caráter crítico dessa realidade; ou, se, ao contrário, procura-se realizar uma leitura crítica daquele momento histórico, dando visibilidade aos fatos, numa condição de decodificar a realidade e apresentá-la de forma clara e sob o ponto de vista dos derrotados e excluídos - a exemplo daqueles que foram torturados, presos e mutilados.

História da Educação e ensino de História

O ensino de História foi estabelecido no Brasil, de forma normatizada ou sistematizada, mais precisamente a partir do século XIX, com a criação do Colégio Pedro II. Antes desse período, a educação oficial ficava a cargo da Companhia de Jesus, não se tendo a confirmação da existência dessa disciplina na educação ministrada pelos Jesuítas. (MANOEL, 2012).

A inserção da disciplina de História no Colégio Pedro II, a partir de 1838, foi mobilizada por importantes intelectuais da época, bem como pela influência de teorias pedagógicas/educacionais estrangeiras, principalmente francesa. O modelo adotado pelo Colégio vislumbrava uma educação “conservadora e reproduutora de modelos já consagrados”. (MANOEL, 2012, s/p). Embora as influências intelectuais do positivismo francês estivessem em ascensão neste momento, foram as doutrinas católicas as que mais sobressaíram. (MANOEL, 2012). No limiar do século XIX, o ensino de História estava fundamentado na explicação sobre as sociedades num percurso de escala evolutiva, conduzindo as explicações do passado sobre interpretações do presente, de forma positivada e progressiva. (FURET, 1967). A educação no Império estava focalizada na pedagogia tradicional (reprodução de conteúdos), em grupos escolares e na formação docente nas escolas normais de nível médio e estritamente fundamentada na prática de ensino. (SAVIANI, 2008).

Com a instalação da República no Brasil (1889), os movimentos intelectuais de caráter positivista ganharam força, tal como as ideias de escola pública, gratuita e laica. Nesse movimento, o ensino de História retoma a influência europeia e ocidental, focalizando na herança greco-romana, na construção de consensos sobre o passado e na transmissão de fatos históricos, sem questionar a construção desses acontecimentos, mas sim reiterando a versão oficial. Já na Primeira República (1889-1930) ocorreu uma política nacional revisionista na relação Estado-Povo-Nação. (GONTIJO, 2006). “A escola e o ensino deveriam denunciar os atrasos impostos pela monarquia e assumir o papel de regenerar os indivíduos e a própria nação, colocando o país na rota do progresso e da civilização”. (GONTIJO, 2006, p. 2). Dessa forma, embora tenha ocorrido uma transformação nas estruturas de poder, a pedagogia tradicional continuará a ser a concepção de ensino dominante. (SAVIANI, 2008).

No período Getulista (1930-1945), o ensino de História estava essencialmente vinculado à construção de uma identidade nacional. No âmbito da escola brasileira, ocorria um processo de incorporação das demandas e das narrativas do Estado brasileiro, na tentativa de constituir consensos e forjar a identidade nacional que vinculasse o povo brasileiro à sua pátria. Uma das

características mais marcantes da educação nacional desse momento é o discurso pró-homogeneidade do povo brasileiro, desmerecendo características tidas como indesejáveis da cultura nacional. A educação e a identidade nacional buscaram construir, deste modo, uma concepção de mundo, indivíduo e sociedade vinculada às referências religiosas e à ideologia anticomunista. (FONSECA, 2004). As décadas de 1930 a 1960 foram marcadas na História da Educação brasileira pela emergência da escola nova, que teve em Anísio Teixeira a sua mais representativa atuação. Os escolanovistas estavam preocupados com a renovação da educação nacional, com mudanças na estrutura escolar, no redimensionamento da prática educativa do professor para o aluno, na inclusão da realidade ao campo escolar. Embora questionasse a natureza da pedagogia tradicional, o escolanovismo se limitava a instância didático-metodológica, não inferindo acerca da condição estrutural e desigual da sociedade de classes. (SAVIANI, 2008).

Os anos 1945-1964 foram marcados pelo avanço das políticas e dos governos de cunho populistas. Consagraram também a consolidação de um Estado nacional desenvolvimentista, no qual dever-se-iam desenvolver as forças produtivas nacionais com o intuito de avançar na industrialização do país e na redução da dependência econômica e produtiva estrangeira. Outra importante característica desse momento foi o advento de lideranças carismáticas, como a figura de Getúlio Vargas, que pouco tempo após deixar o governo foi eleito presidente da República por meio do voto popular. Max Weber (1982) afirma que a liderança carismática é aquela que possui mais simpatia de sua comunidade, povo ou indivíduos, é o sujeito que articula suas posições de maneira minuciosa, que possui muitas qualidades – a inteligência, a oratória, a beleza.

Neste período, a educação nacional foi marcada por profundas disputas, desde o orçamento à concepção de ensino e organização curricular. A Constituição Federal de 1946, em seu artigo nº 169, designava que a União deveria aplicar, no mínimo, 10% das receitas oriundas de tributação e impostos na educação. (BRASIL, 1946). Além disso, em 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 4.024. (BRASIL, 1961). Esta estabelecia diretrizes para a educação do país, em especial, três níveis de formação: primário, secundário e superior, além da formação de professores. Foi a primeira vez que o país passou a contar com uma lei nacional que estabelecia a organização e a sistematização da educação nacional. Contudo, a LDB “atendeu mais a interesses de ordem política do que a interesses sociais emergentes e, até mesmo, a interesses econômicos”. (ROMANELLI, 1998, p. 257).

O golpe militar de 1964 encerrou qualquer possibilidade de debate democrático sobre o papel da educação nacional. A Ditadura Militar (1964-1985) promoveu uma ampla e irrestrita reforma da educação nacional, principalmente no que diz respeito aos 1º e 2º graus. A Lei nº 5.692/71 estabeleceu um núcleo comum para as disciplinas do ginásio no 1º grau, do qual resultou a junção das disciplinas de História e Geografia, com um objetivo conciso de esvaziar a capacidade crítica das disciplinas, resultando em um ensino engendrado de caráter reprodutivista. (BRASIL, 1971). A disciplina de Estudos Sociais é uma nítida investida na deformação do ensino das Ciências Humanas e uma transfiguração do ensino de História. (NASCIMENTO, 2015). Já em referência ao 2º grau, a reforma impôs a profissionalização compulsória, atendendo unicamente à lógica do capital humano, instigada pelo mercado. No âmbito da didática utilizada na educação nacional, a pedagogia tecnicista avançava na função superadora do escolanovismo, pautada principalmente na racionalidade técnica, na produtividade, na eficiência e na neutralidade científica. (SAVIANI, 2008). A História, agora incorporada aos Estudos Sociais, ficara restrita à compreensão do passado como fatos históricos, supostamente narrados sob uma isenção ideológica.

Com a redemocratização, gradual e lenta, realizada pelo Estado brasileiro a partir de 1979, os movimentos de reivindicação e luta política ganham fôlego. As lutas sociais se multiplicaram

pelo país, os sindicatos voltaram a se articular, ao mesmo tempo, ocorreu a refundação dos partidos políticos e os movimentos estudantis, da escola à universidade, retornaram à legalidade e disputa acerca da narrativa educacional do país. As subjetividades ganham espaço no debate sobre as narrativas da História e sobre o seu ensino, buscam espaço sobre as suas representatividades, sobre suas particularidades. É necessário dar visibilidade “[aos] sujeitos ‘esquecidos’ da História, como as crianças, as mulheres e as camadas populares”. (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 39).

No interregno da redemocratização do país (1985), havia uma necessidade de construir uma nova legislação nacional, sobretudo nas áreas sociais, como a educação. O primeiro passo foi a elaboração de uma nova Constituição Federal, no intuito de se estabelecer um Estado democrático de direito, com garantias sociais, individuais, direitos civis e políticos, sobretudo ancorados nas reivindicações históricas de liberdade, trabalho, saúde, educação e previdência social. (BRASIL, 1988). É nesse processo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é criada em 1996. A Lei nº 9.394/96 redefiniu o papel da educação perante a sociedade, definiu os direitos dos sujeitos e as obrigações legais do poder público – dos Municípios, Estados/Distrito Federal e a União. Definindo, dessa forma, que a educação:

abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

[É] dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, art. 1º e art. 2º).

Cabe destacar ainda que o Ensino Médio, etapa constituinte da Educação Básica, realizado em três anos, não se constituía de imediato como obrigatório. Somente após a promulgação da Lei nº 12.796/13 que o Ensino Médio se tornou obrigatório, ao lado da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, tornando indispensável o ensino dos quatro aos dezessete anos de idade. (BRASIL, 2013).

Posteriormente, foram estabelecidas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais, as quais foram redigidas de acordo com a disciplina e sua área de conhecimento, por consequência, História e Ciências Humanas. As novas Diretrizes chamaram a atenção para a realidade do Ensino Médio brasileiro ao longo do período da década de 1990, e, em especial, para as altas taxas de evasão escolar. Outra característica marcante é a utilização por inúmeras vezes do termo “revolução informática”, focalizando também que tal como as relações sociais e o mundo do trabalho, a educação também passará por rupturas e transformações nas próximas décadas, assinalando que esta terá que se adaptar a essas transformações. (BRASIL, 2000a).

Em relação ao ensino de História no Ensino Médio, os PCNs conceberam novas formas de investigação histórica, novas fontes e reconhecem a pluralidade e subjetividade dos sujeitos como parte da constituição da História e de seu ensino. Relações de produção, hábitos, costumes e crenças são partes fundantes de diferentes sistemas culturais, devendo a História viabilizar os seus estudos e contribuições. (BRASIL, 2000b).

O estudo de novos temas, considerando a pluralidade de sujeitos em seus confrontos, alterando concepções calcadas apenas nos “grandes eventos” ou nas formas estruturalistas baseadas nos modos de produção, por intermédio dos quais desaparecem de cena homens e mulheres de “carne e osso”, tem redefinido igualmente o tratamento metodológico da pesquisa. A investigação histórica passou a considerar a importância da utilização de outras fontes documentais, além da escrita, aperfeiçoando métodos de interpretação que abrangem os vários registros produzidos. (BRASIL, 2000b, p. 21).

Essas novas dinâmicas que marcaram a pesquisa e o ensino de História possibilitaram uma aproximação deste campo do conhecimento às Ciências Sociais. Os PCNs reconhecem a

existência de diversas correntes do pensamento histórico, entre elas a História Cultural, que possibilita a compreensão de novos fenômenos históricos produzidos pela humanidade. As fontes históricas, antes inquestionáveis e validadas por sua própria função social, agora são relativizadas, compreendidas a partir de interesses, de um espaço, do tempo e das relações que a cercam. “Passou a existir a preocupação em localizar o lugar de onde falam os autores dos documentos, seus interesses, estratégias, intenções e técnicas”. (BRASIL, 2000b, p. 22).

A Ditadura Militar (1964-1985) nos livros didáticos do Ensino Médio

A historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado (2010) afirma que, no processo de investigação sobre a História, o historiador transporta a sua compreensão crítica para o passado, no objetivo de analisar as ações realizadas pelos sujeitos histórico-sociais sobre a História. “Compreender o homem e as suas sociedades durante o tempo é a função principal da história”. (SANTOS, 2016, p. 20). Ao analisar a História, o historiador se depara com registros e fontes históricas, “memórias caracterizadas por conflitos, lembranças, esquecimentos, silêncios e comemorações”. (DELGADO, 2010, p. 124).

A fonte histórica analisada neste item do trabalho é a escrita, em particular, artigos e livros, sejam acadêmicos, sejam didáticos. Em grande parte da História da humanidade, as sociedades selecionaram aquilo que consideravam importante para explicar e compreender os fenômenos históricos. Nesse processo de seleção, julgavam o que por sua vez tinha um valor simbólico. Com as transformações da História e da Historiografia a partir do século XX, as disputas de poder, de narrativas, o surgimento da Historiografia Marxista, e, posteriormente, da História Cultural permitiram o questionamento e a desconstrução de uma concepção de História pautada nos interesses dos grupos dominantes nas sociedades. (PESAVENTO, 2003). Dessa forma, hoje, “podemos dizer que todo documento histórico é uma construção permanente”. (SANTOS, 2016, p. 67). Assinalado isso, passaremos agora para a investigação sobre a Ditadura Militar (1964-1985) e sobre os modos como ela é retratada em três livros didáticos do PNLD de 2012. Conforme já mencionado, a escolha pelo PNLD de 2012, tal como das três obras, se deu pela possibilidade de acesso a este material.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi criado pelo governo federal em 1985 com o objetivo de conceder às escolas públicas, filantrópicas e comunitárias sem fins lucrativos livros didáticos para o então 1º grau (séries iniciais e séries finais). No ano de 1997, o PNLD foi vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cabendo a este o financiamento da política nacional do livro didático. Atualmente, o Ministério da Educação, por meio de editais públicos, seleciona as obras que irão compor as dez disciplinas que são contempladas no Ensino Médio (Arte, História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Química, Física, Biologia), cumprindo, em tempos programados, o envio e a distribuição dos livros didáticos para as escolas do país. A partir de 2005, ampliou-se a política de distribuição dos livros didáticos também para o Ensino Médio, que passou a receber os parcialmente³.

Os anos antecedentes ao golpe militar foram marcados por intensa instabilidade política. O presidente João Goulart enfrentara uma mobilização de grandes forças conservadoras articuladas por diversos segmentos da sociedade brasileira, com um nítido objetivo truculento de desmantelar o governo e derrubar o presidente. A continuidade da política nacional-desenvolvimentista aliada a conjugação de forças políticas de esquerda – sejam elas partidos políticos, movimentos sociais, sindicais ou estudantis – levaram o governo a propor uma série

³ FNDE (Histórico) – Programas do Livro Didático. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/legislacao/item/518-hist%C3%B3rico>. Acesso em: 24 set. 2019.

de reformas estruturais, chamadas de Reformas de Base. Foi o estopim para o acirramento do golpe que estava em curso. (DELGADO, 2010).

O golpe militar com desfecho em 1964 instaurou uma Ditadura que perduraria por 21 anos. Os sucessivos governos militares impuseram na forma de decretos-lei e atos institucionais uma perversa perseguição aos “inimigos” (aqueles que tinham posições políticas contrárias aos militares ou a ideologia dominante) do Estado, a cassação dos direitos políticos, cassação de mandatos, aposentadorias compulsórias, prisões arbitrárias, seções de tortura, assassinatos e uma vasta censura aos meios de comunicação e supressão das liberdades individuais.

Passaram-se décadas até que em 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), fosse promulgada a Lei nº 9.140/95, passando a reconhecer a responsabilidade e participação do Estado brasileiro nos crimes de caráter político cometidos entre 1961 e 1979. (BRASIL, 1995). Na modificação engendrada pela Lei nº 10.536/02, o período final circunscrito na legislação anterior passou para 1988. (BRASIL, 2002).

A ascensão dos governos progressistas de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), do Partido dos Trabalhadores (PT), possibilitou o aprofundamento das reivindicações históricas dos movimentos sociais, partidos políticos, perseguidos políticos e dos familiares de centenas de desaparecidos durante os anos 1964-1985. Sob essa conjuntura, em 2011, a presidente Dilma, a partir da Lei nº 12.528/11, instaurou a Comissão Nacional da Verdade (CNV). (BRASIL, 2011). A CNV tinha por objetivo apurar as denúncias de violação dos Direitos Humanos durante o período entre 1946 e 1988. No discurso de instalação da comissão, a presidente defendeu a necessidade da verdade histórica sobre o período, não no sentido de revanchismo, mas sim de resgate da memória daqueles que foram silenciados:

A ignorância sobre a história não pacifica. Pelo contrário, mantêm latentes mágoas e rancores. A desinformação não ajuda a apaziguar. O Brasil merece a verdade, as novas gerações merecem a verdade, merecem a verdade factual também aqueles que perderam amigos e parentes. O Brasil não pode se furtar a conhecer a totalidade de sua história. Se tem filhos sem pais, túmulos sem corpos, nunca pode existir uma história sem voz. (VEJA, 2012, p. 2).

O relatório final oriundo das investigações da Comissão Nacional da Verdade enfatizou quatro dimensões da violação dos Direitos Humanos: a) detenção (ou prisão) ilegal ou arbitrária; b) tortura; c) Execução sumária, arbitrária ou extrajudicial, e outras mortes imputadas ao Estado; d) Desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. (BRASIL, 2014). A CNV considerou a participação do Estado brasileiro nas situações em que o desrespeito aos Direitos Humanos se deu por participação direta do Estado, por sua negligência ou por anuência com seus subordinados em detrimento de tais práticas. (SCHETTINI, 2015, apud KALLÁS, 2017). “Durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985, 243 pessoas foram vítimas de desaparecimento forçado, ou seja, mais da metade das 434 vítimas fatais da ditadura, segundo o ‘Quadro geral da CNV sobre mortos e desaparecidos políticos’”. (BRASIL, 2014, p. 68).

Evidencia-se ainda que a repressão aos grupos sociais compreendidos sociologicamente como minorias – mulheres, homossexuais, travestis, transexuais, entre outros – teve um requinte ainda mais perverso de crueldade. Acerca disso, Telles (2015, p. 1002) descreve que “o *modus operandi* do sistema repressivo que atuou de forma misógina, utilizou-se da discriminação de gênero para reforçar os estereótipos femininos de submissão e dependência emocional, afetiva e política”.

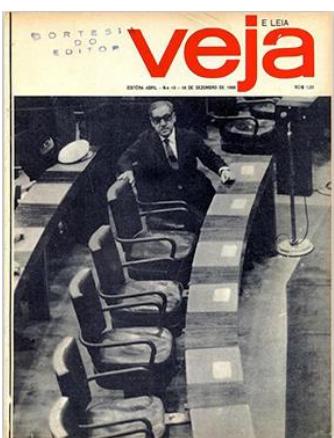
Em análise das obras do PNLD de 2012, destaca-se que no livro *História em Foco – volume 3* (2011) no capítulo 21, denominado de “O longo ciclo militar”, concebe-se uma narrativa sobre os fatos ocorridos no período da Ditadura Militar no Brasil com um caráter denunciativo. Demonstram-se as contradições instauradas com a chegada dos militares no poder e promove-se a desconstrução do discurso oficial do Estado brasileiro durante aquele momento, o qual defendia a tese de que teria sido uma “revolução”. Contrariamente, a obra

defende que o que ocorreu de fato foi um golpe, sucedido de uma Ditadura. O autor narra os acontecimentos sob a ótica daqueles que historicamente foram excluídos do discurso oficial, deliberando sobre as torturas, as desigualdades sociais, o desemprego, a recessão, a perda de poder aquisitivo do salário, rememorando os desaparecidos políticos e compreendendo acerca da tardia e demorada abertura política, e, nesse item em específico, assinala ainda que, mesmo com a criação de novos partidos políticos, os partidos comunistas não obtiveram a sua legalidade. (FIGUEIRA, 2011).

Em 1964, os militares tomaram o poder e implantaram uma ditadura no Brasil. Muitos dos direitos constitucionais foram suspensos e substituídos por uma série de medidas de exceção. Os golpistas procuraram definir esse assalto à democracia como uma revolução. Com essa expressão procuraram legitimar o golpe de Estado que depusera um presidente eleito democraticamente pelo voto popular. A esse ato de força seguiram-se vinte anos de ditadura, durante a qual os militares impuseram seu projeto ao país – um projeto de modernização do Brasil pela via conservadora e autoritária. Nesse período, nosso país assistiu, com perplexidade, à supressão das liberdades civis e à repressão indiscriminada dos movimentos sociais organizados, à qual não faltaram requintes de crueldade, como tortura, assassinatos e perseguições. (FIGUEIRA, 2011, p. 177).

A obra também é composta de imagens sobre esse período histórico, cada qual com a sua descrição e algumas precedidas de reflexões sobre as características estruturantes daquele momento. Há o destaque para capa da revista *Veja*, de 18 de novembro de 1968, a qual mostra o presente Artur da Costa e Silva no plenário do Congresso Nacional, estando vazio por conta do recesso decretado pelo Ato Institucional Número 5 (AI-5). Outra imagem que representa as contradições do processo de redemocratização e acirramento da luta de classes é a dos metalúrgicos do ABC paulista durante a greve realizada em 1979 na busca por melhores condições de trabalho e salário. (FIGUEIRA, 2011). De acordo com Fernandes (1989), o processo de modificação das estruturas sociais dominantes é acompanhado de embates entre os estratos sociais subjacentes de uma sociedade de classes. Ao analisar o processo de redemocratização do Brasil, o autor (1986) afirma que as novas metamorfoses sociais concebidas a partir de 1979 buscaram manter a hegemonia da burguesia, seus interesses e aspirações de classe, bem como garantir aos setores historicamente dominantes do país seus privilégios na burocracia estatal.

Imagen 1 – Capa *Veja*



Fonte: Revista *Veja*, 1968.

Imagen 2 – Manifestação dos Metalúrgicos



Fonte: São Paulo São. Foto: Juca Martins, 1979.

Na obra *História: Cultura e Sociedade – volume 3* (2010), elaborou-se uma narrativa sobre o período entre meados dos anos de 1940 e meados dos anos 1988 de forma conjunta. No capítulo 15 – “Brasil: da frágil democracia à volta do autoritarismo”, os autores discutem de forma global os períodos que compreendem a queda de Getúlio Vargas (1945) até o fim da Ditadura Militar (1985). A preocupação está concentrada em demonstrar acontecimentos, nomes e datas que marcaram esse momento da história nacional; há uma série de indícios de um historicismo impetrado nessas ocorrências. A Ditadura Militar é constituída nessa obra consideravelmente deslocada das contradições desse período da história. Embora o livro aborde fatos ocorridos como torturas, prisões, e cerceamento das liberdades individuais, carece de uma problematização mais profunda sobre as contradições do período. Já no início do item 6, *A construção da Ditadura*, a narrativa se fixa num discurso da história oficial, como se os militares tivessem participação coadjuvante no golpe de Estado, ou até mesmo se a cúpula golpista não tivesse orquestrado o golpe mas tivera *a posteriori* aceitado o poder, “Efetivado o golpe, “em defesa da democracia”, o poder foi entregue a junta militar”. (MORENO; VIEIRA, 2010, p. 293).

O capítulo do livro também contextualiza os movimentos artísticos e culturais ocorridos entre os anos 1950-1970. Há menção, por exemplo, à peça de teatro de Gianfrancesco Guarnieri – Eles não usam *black-tie* (1958); à fundação do Centro Popular de Cultura (1962) da União Nacional dos Estudantes (UNE); aos festivais de música na televisão brasileira e os consequentes gêneros/movimentos musicais, como Jovem Guarda e o Tropicalismo; e à ascensão do chamado cinema novo, tendo como exemplo as obras de Glauber Rocha. A obra também ressalta que as artes serviram como mecanismo de enfrentamento político ao governo da ditadura. (MORENO; VIEIRA, 2010). Neste momento, “a produção cultural respirou o oxigênio puro da atividade política, o que lhe garantiu uma razoável saúde social”. (SCHWARZ, 1978, apud FRANCO, 1994/1995, p. 60).

O livro *História – O Mundo por um fio: do século XX ao XXI – volume 3* (2010), retrata, no capítulo 14, intitulado “Brasil: a República dos generais”, o período entre 1964 e 1985. Buscou-se, ao longo desse capítulo, demonstrar que a Ditadura Militar se empenhou em disfarçar os atos antidemocráticos, construindo uma narrativa de que houve uma “revolução” e de que não havia ditadura no Brasil, pois as instituições permaneciam em funcionamento. Uma posição importante adotada pelos autores foi a de que houve expressiva participação de setores da sociedade civil no golpe e, também, no apoio ao governo militar, o que desloca o discurso mais corriqueiro que a ditadura foi unidimensionalmente militar. “Entre 31 de março e 1º de abril de 1964, no Brasil, militares e lideranças civis deram um golpe de Estado”. (VAINFAS et al, 2010, p. 335).

Nessa obra também há uma cronologia de tempo histórico acerca do referido período com acontecimentos relevantes. Tal como na obra citada anteriormente, esta também aborda temas

relacionados às artes e a cultura, em especial, à Jovem Guarda e ao Movimento Tropicalista. Enfoca-se também o papel da propaganda no processo de assimilação dos preceitos da Ditadura, e particularmente a relação nacional com o futebol e a Copa do Mundo de 1970. Conforme pontuam Vainfas et al (2010, p. 345), “a vitória brasileira foi espetacular e consolidou o prestígio do país no futebol internacional. Internamente, o regime militar incorporou a vitória na Copa como mais um instrumento de propaganda”.

No limiar da análise sobre as três obras referenciadas nos parágrafos anteriores, é possível perceber que, embora retratem o período da Ditadura Militar, as abordagens e percepções ocorrem de forma diferente. As três obras contam, além dos textos descritivos, com conceitos e conteúdos, com imagens do período, tabelas comparativas e textos complementares – discursos, matérias de jornais, entre outros. Os livros *História: Cultura e Sociedade – volume 3* (MORENO; VIEIRA, 2010) e *História – O Mundo por um fio: do século XX ao XXI – volume 3* (VAINFAS et al, 2010), embora busquem trazer questões pertinentes e que durante grande parte da história contemporânea do Brasil foram renegadas pelo discurso oficial, como a tortura, as prisões e os assassinatos, ainda reverberam uma historiografia direcionada a acontecimentos históricos e personalidades relevantes, enquanto o livro *História em Foco – volume 3* (FIGUEIRA, 2010), procura aprofundar e problematizar essas contradições, dando mais visibilidade aos acontecimentos que historicamente buscaram-se retirar da História oficial. Contudo, é necessário fazer-se uma ressalva, a de que grupos compreendidos como minorias, esquecidos ou apagados da história, não receberam a devida importância em ambas as narrativas. Há uma inserção da classe trabalhadora, conquanto a precarização das relações entre capital e trabalho naquele contexto, mas outros grupos, como mulheres, negros, indígenas, homossexuais, travestis e transexuais não obtiveram espaço nesses documentos.

Embora a presença feminina tenha sido persistente na resistência à Ditadura Militar, muitas vezes as narrativas desse período histórico acabaram por inviabilizar a importância da mulher na luta e objeção aos governos autoritários. Esse processo ocorre tanto pela negação à devida importância que tal grupo social teve, quanto pelo seu esquecimento enquanto categoria analítica. “Não é demais lembrar, mais uma vez, como as mulheres estiveram presentes nas lutas de resistência às ditaduras militares implantadas na América Latina, nos anos setenta e, paradoxalmente, como têm estado ausentes, com algumas exceções”. (RAGO, 2009, p. 7). Além disso, somam-se ao esquecimento das mulheres outras minorias como homossexuais, transexuais e travestis, perseguidos pelos governos da Ditadura, os quais eram considerados pela ideologia dominante do Estado militarista uma afronta à família tradicional brasileira e aos princípios da moralidade. (GREEN; QUINALHA, 2014).

Na História do tempo presente, a Ditadura Militar (1964-1985) retorna ainda mais ao panorama de discussão da política nacional. Numa conjuntura constituída sob a égide do reacionarismo e do neoconservadorismo, emergem as narrativas revisionistas na busca de legitimar o discurso de naturalização e desconstrução acerca do período ditatorial. Essas narrativas buscam relativizar os algozes impetrados como política institucional do Estado brasileiro à sociedade civil. É uma completa naturalização da barbárie. Cabe, deste modo, à História e à Educação não deixar relegar ao esquecimento as atrocidades ocorridas no período em questão, relembrando cotidianamente à sociedade os erros cometidos no passado, para que estes não se repitam no presente. (ADORNO, 1995).

Considerações finais

É factível mensurar que a História da Educação no Brasil esteve vinculada aos interesses dominantes e às ideologias que reverberavam verticalmente dos mais poderosos aos dominados. As pedagogias dominantes representaram a hegemonia de uma concepção de mundo, de homem e de sociedade, resultando, muitas vezes, na exclusão de grande parcela da sociedade ao direito de estudar. Dentro dessa perspectiva, até meados do século XX, o ensino de História era

marcado por vícios historiográficos engendrados na memorização de datas, acontecimentos e personalidades – tratava-se de uma História linear, positivada, supostamente isenta e anunciativa do progresso. O Materialismo Histórico e Dialético e a História Cultural estabeleceram críticas a esse modelo historiográfico tradicional ou positivista, apontando para as suas limitações e as suas contradições, propondo novos paradigmas no estudo da História, agregando novos elementos, grupos e concepções a esta ciência.

Por conseguinte, em relação aos livros didáticos analisados, as três obras congregam características como a visibilidade aos acontecimentos do período da Ditadura, sobretudo aqueles marcados pela violência e repressão, todavia, apenas dois destes aprofundam o debate acerca desses aspectos. Há uma exploração de várias fontes históricas, seja por meio de textos narrativos, por imagens, reportagens jornalísticas, ou indicação de livros, filmes ou músicas sobre o período em questão. Entretanto, quando observadas as minorias, ou seja, grupos marginalizados ou historicamente excluídos, percebe-se que há, em certa medida, um esquecimento dos mesmos, ou há, então, uma exclusão histórica. Por fim, cabe destacar que, com a ascensão do neoconservadorismo, as discussões acerca desse período da História do Brasil estão sendo marcadas pelo revisionismo e o negacionismo histórico, na busca constante de construir uma nova legitimação conservadora sobre os processos ocorridos durante a Ditadura Militar.

Referências

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. **Constituição Federal (1946)**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro/DF: Senado Federal, 1946. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 1961. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 21 set. 2019.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases Para o Ensino de 1º e 2º Graus, e Dá Outras Providências. Brasília/DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm. Acesso em: 21 set. 2019.

_____. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 22 set. 2019.

_____. **Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995**. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 1995. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm. Acesso em: 10 maio 2020.

_____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Ensino Médio. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC-SEMTEC, 2000a.

_____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – História (Ensino Médio). Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC-SEMTEC, 2000b.

_____. **Lei nº 10.536, de 14 de agosto de 2002.** Altera dispositivos da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou de acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10536.htm. Acesso em: 10 maio 2020.

_____. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.** Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília/DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm. Acesso em: 10 maio 2020.

_____. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.** Dispõe sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm. Acesso em: 24 set. 2019.

_____. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório.** Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 11 maio 2020.

CELLARD, A. A análise documental. In: J. POUPART, et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008.

DELGADO, L. De A. N. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo [online]**, Niterói/RJ, 2010, vol.14, n.28, pp.123-143. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042010000100006&script=sci_abstract&tlang=pt. Acesso em: 25 set. 2019.

FERNANDES, F. **Nova República?** 2^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. A Constituição como projeto político. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, São Paulo, vol. 1, nº 1, p. 47-56, 1989.

FIGUEIRA, D. G. **História em Foco – Do século XX ao século XXI – Volume 3.** 1^a ed. São Paulo: Ática, 2011.

FONSECA, T. N. De L. e. História Cultural e História da Educação: Diversidade e Entrecruzamento de Fontes. Sociedade Brasileira de História da Educação, **III Congresso Brasileiro de História da Educação**, PUC, Curitiba/PR, 2004. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/262.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.

FRANCO, R. Política e Cultura no Brasil: 1969-1979. (Des)figurações. **Perspectiva**, São Paulo, vol. 17/18, p. 59-74, 1994/1995.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Programas do Livro (Histórico)**. Sem data. Disponível em:
<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/legislacao/item/518-hist%C3%B3rico>. Acesso em: 24 set. 2019.

FURET, F. **A oficina da História**. Tradução de Adriano Duarte Rodrigues. Lisboa: Gradiva, 1967.

GONTIJO, R. Historiografia e Ensino de História na Primeira República: Algumas Observações. **Anais do XII Encontro Regional de História** – Associação Nacional de História – ANPUH/RJ, ‘Usos do Passado’, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:
<http://snh2013.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Rebeca%20Gontijo.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

GREEN, J. N. QUINALHA, R. (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

KALLÁS, A. L. A repressão aos trabalhadores na Ditadura a partir das contribuições História Social do Trabalho: Uma leitura do Relatório Final da CNV. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon/PR, vol. 21, p. 525-557, 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/16238>. Acesso em: 11 maio 2020.

LIMA, T. C. S. De. MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

LOPES, E. M. T. GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MANOEL, I. A. **O Ensino de História no Brasil**: Do Colégio Pedro II aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Conteúdos e Didática de História, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 2012. Disponível em:
<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/46194/1/01d21t11.pdf>. Acesso em: 23 set. 2019.

MARX, K. **O Capital** – Volume 1 – Crítica da Economia Política. 31ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MORENO, J. VIEIRA, S. **História: Cultura e Sociedade** – O Contemporâneo: Mundo das Rupturas – Volume 3. 1ª ed. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

NASCIMENTO, T. R. Os Estudos Sociais e a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus: “Doutrina do Núcleo Comum”. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**, Associação Nacional de História – ANPUH, ‘Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios’. Florianópolis/SC, 2015. Disponível em:

https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439700335_ARQUIVO_OSESTUDOS_OSESTUDOSOCIAISEAREFORMAD1E2GRAUS.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

PEREIRA, M. H. F. PEREIRA, A. C. I. Os sentidos do Golpe de 1964 nos livros didáticos de história (1970-2000): entre continuidades e descontinuidades. **Tempo versão impressa**, Niterói, vol.16, no.30, 2011.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RAGO, L. M. Desejo de memória. In: RAGO, M. (Org.). Dossiê ‘Memórias Insubmissas’. **Revista Labrys**, n. 15-16, dez. 2009

ROMANELLI, O. De. O. **História da educação no Brasil: 1930–1973**. 21^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SANTOS, R. O. **Fundamentos da Pesquisa Histórica**. Curitiba: InterSaber, 2012.

SÃO PAULO SÃO. Livro conta a história da greve dos metalúrgicos em São Paulo e no ABC com fotos de 10 fotojornalistas. **São Paulo São**, 4 jul. 2017. Disponível em: <https://saopaulosao.com.br/conteudos/outros/3056-livro-conta-a-historia-da-greve-dos-metalurgicos-em-sao-paulo-e-no-abc-com-fotos-de-10-fotojornalistas.html#>. Acesso em: 12 maio 2020.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2^a ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2008.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 23, n. 3, set.-dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41946/30517>. Acesso em: 11 maio 2020.

VAINFAS, R. *Et al.* **História: O Mundo por um fio – do século XX ao XXI – Volume 3**. 1^a ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VEJA. Dilma instala Comissão da Verdade e nega revanchismo. **Veja/Redação**, 16 maio 2012. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/dilma-instala-comissao-da-verdade-e-nega-revanchismo/>. Acesso em: 10 maio 2020.

_____. Os 50 anos de VEJA: uma linha do tempo. **Veja/Redação**, 12 jun. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/os-50-anos-de-veja-uma-linha-do-tempo/>. Acesso em: 12 maio 2020.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em Educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2003.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. 5^a ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.